



Estado de Mato Grosso do Sul
Câmara Municipal de Porto Murtinho

P A R E C E R

Processo nº 013/2022

De Ofício: Mesa Diretora da Câmara Municipal

Projeto de Lei Complementar nº 001/2022

Autoria: Poder Executivo sob o Protocolo nº 101 de 24/03/2022

Projeto de Lei Complementar. Autorização Legislativa. Dispõe sobre alterações da Lei Complementar Municipal nº 001, de 06 de maio de 1991, e dá outras providências. Requisitos legais. Constitucionalidade solicitada no parecer jurídico.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Porto Murtinho encaminha para deliberação dos seus pares o a proposta do Projeto de Lei Complementar nº 001/2022 em epígrafe que dispõe sobre: “Dispõe sobre alterações da Lei Complementar Municipal nº 001, de 06 de maio de 1991, e dá outras providências”.

O incluso Projeto de Lei Complementar nº 01/2022 tem por finalidade adequar a redação do art. 50 ao que dispõe o artigo 41 da Constituição Federal, estendendo de 24 meses para 03 anos o período do estágio probatório.

Por sua vez, pretende incluir no Estatuto do Servidor, espécie de vantagem financeira denominada “incentivos financeiros”, inserido no inciso IV no art. 74, que atualmente já é paga aos profissionais do magistério, conforme dispõe o artigo 20 da Lei 1348/2007, com alteração introduzida pela Lei 1448/2010.

Visando implementar adicionais que visam atender demandas da categoria dos profissionais da saúde, a Administração Municipal pretende criar “Adicional pelo exercício de função de responsabilidade técnica”, “Adicional pelo exercício de função em regime de plantão” e “Adicional pelo exercício de função em regime de sobreaviso”, que serão regulamentadas em legislação própria.

Assinatura



Estado de Mato Grosso do Sul
Câmara Municipal de Porto Murtinho

Por fim, pretende a Administração Municipal criar uma nova gratificação, destinada a remunerar servidores que sejam designados para atuar em regime de dedicação exclusiva, a exemplo do que já é previsto para os servidores do quadro do magistério.

Em síntese, é o relatório.

Impõe-se trazer à baila as normas instituídas na Lei Orgânica Municipal, na Seção VI, Subseção II, ênfase para o inciso IV do Art. 48, senão vejamos:

"Art. 48 – São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

I – criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica;

II – fixação ou aumento de remuneração dos servidores;

III – regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria dos servidores;

IV – matéria tributária e orçamentária, organização administrativa e serviços públicos;

V – criação, estruturação e atribuições de órgãos da administração pública municipal;

VI – concessão de subvenção ou auxílio, ou que, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública ou diminuam a receita;

VII – matéria típica de administração, dependente de autorização legislativa." (grifos)

No tocante a elaboração do Projeto de Lei, sob o rito ordinário, impõe-se caso seja outro o entendimento dos Nobres Vereadores sua adequação com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Nos termos do art. 6º, da Lei Complementar nº 95/1998, o preâmbulo indicará o órgão ou instituição competente para a prática do ato e sua base legal. Desse modo, pode-se afirmar que o preâmbulo, ante a indicação da base legal para a prática do ato, bem como a declaração solene da existência da lei, merece corrigenda, mas tão somente na adequação ao comando supramencionado.

A base legal para a prática do ato, no caso, está elencada no inciso VI, do art. 84, da Lei Orgânica de Porto Murtinho, assim redigidos:

"Art. 84 - Compete privativamente ao Prefeito:

I – [...]

VI – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir regulamentos para sua fiel execução;

[.....]." (grifos)

Sobre a promulgação, HELY LOPES MEIRELLES leciona:

Q. Murtinho



Estado de Mato Grosso do Sul
Câmara Municipal de Porto Murtinho

“A *promulgação* é a declaração solene da existência da lei, pelo chefe do Executivo ou pelo presidente da Câmara (no caso de sanção tácita ou de veto rejeitado), que a incorpora ao Direito Positivo, como norma jurídica eficaz, porém ainda não operante, pois que a norma só entra em vigência na data indicada na sua publicação (TJSP, *RDA* 38/323; *RT* 141/138). Desde a promulgação a lei não pode mais ser retirada do mundo jurídico, senão através de revogação por outra lei. A promulgação exige sempre manifestação expressa, diversamente da *sanção*, que pode ser tácita, isto é, presumida do silêncio do Executivo” (*in* Direito Municipal Brasileiro, Malheiros Editores, São Paulo, 2000, 11ª edição, p. 562).

Do magistério de OSVALDO ARANHA BANDEIRA DE MELO colhe-se o seguinte conceito de promulgação:

“A promulgação é o ato pelo qual o Executivo autentica a lei, isto é, atesta a sua existência ordenando-lhe a aplicação e consequentemente cumprimento, por parte de terceiros” (*in* Princípios Gerais de Direito Administrativo, Forense, v. I, p. 235).

Sugere-se, através de emenda, que o preâmbulo seja assim grafado:

O Prefeito Municipal de Porto Murtinho, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, VI, da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Sugestão da redação do art. 4º:

"Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação."

Pois bem, indubitavelmente, o Projeto de Lei Complementar em comento encontra suporte fático na Lei Orgânica de Porto Murtinho, não havendo óbice para a sua tramitação.

É o parecer que submetemos a apreciação das comissões parlamentares.

Porto Murtinho/MS, 05 de Abril de 2022.

Katiana Alves Corrêa

Katiana Alves Corrêa

OAB/MS nº 22.788

Diretora Jurídica